

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Américo Junior Nunes da Silva

Ivanete dos Santos de Souza

Ismael Santos Lira

(Organizadores)

Atena  
Editora  
Ano 2022

**Vol 2**

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Américo Junior Nunes da Silva

Ivanete dos Santos de Souza

Ismael Santos Lira

(Organizadores)

  
Atena  
Editora  
Ano 2022

**Vol 2**

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Américo Junior Nunes da Silva  
 Ilvanete dos Santos de Souza  
 Ismael Santos Lira

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
E24	<p>A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Ismael Santos Lira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-258-0711-9            DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.119222511">https://doi.org/10.22533/at.ed.119222511</a></p> <p>1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lira, Ismael Santos (Organizador). IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
 Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Temos alguns pilares que inspiram a organização deste livro: o reconhecimento da educação enquanto fenômeno social, as perspectivas que permeiam o processo educacional, harmonizando com o reconhecimento de tendências que forjam a educação como um campo de pesquisa multidisciplinar em contínua e necessária evolução.

Pensarmos a educação enquanto fenômeno social nos conduz a considerar como não triviais o contexto cultural e tudo que dele decorre: os hábitos compartilhados socialmente, os valores morais que identificam uma coletividade específica, as crenças que a mantém coesa. Durkheim (1985), já no início da constituição da Sociologia como disciplina acadêmica, chamava atenção para o fato social como aquilo que perpassa pelos modos de pensar, agir e sentir; que reverberam sobre os indivíduos, exercendo uma “força” sobre as adaptações as regras socialmente estabelecidas. A educação, por exemplo, é um fato social, pois durante todo esse processo os indivíduos vão se desenvolvendo enquanto sujeitos e preparando-se para a vida em sociedade.

Nesse novo século, temos como tendências (não apenas essas), para as práticas pedagógicas, o uso cada vez mais acentuado das tecnologias digitais da comunicação e informação, como a cultura maker, a gamificação e a realidade virtual, destaque para atividades escolares que busquem, de fato, o protagonismo dos estudantes como, por exemplo, a aprendizagem baseada em problemas. Essas tendências estão sendo implementadas, mesmo que timidamente, em algumas instituições de educação ao redor do mundo.

Nesse cenário, viu-se ainda com mais clareza a necessidade de rever o processo formativo dos professores a fim de atender as demandas curriculares e pedagógicas. Cabe aqui localizar o leitor quanto ao contexto social em que os estudos, aqui apresentados, foram gestados. Trata-se de um período pós-pandêmico em que ainda buscamos adaptações para uma nova realidade decorrente de um fenômeno que acentuou ainda mais as desigualdades sociais tais como o acesso à tecnologia e infraestrutura precária das escolas.







As reflexões tecidas nesta obra, intitulada: “**A Educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências**” trazem algumas discussões cujo foco problematiza a educação em diferentes contextos, inclusive o pandêmico, a Educação Matemática Inclusiva, a formação de professores, entre outros.

Dessa forma, convidamos os interessados nos diferentes fenômenos que compõem a educação enquanto prática social enriquecida pelos múltiplos contextos no qual se desenvolve, a refletir à luz desta obra, suas perspectivas e tendências. Esperamos ainda, que ao explorar esse volume, os estudos nele contido possam promover outras investigações e compartilhamentos sobre as



nuances que compõe a educação. Esperamos ter aguçado sua curiosidade sobre as temáticas aqui apresentadas. Portanto, vamos começar?

Américo Junior Nunes da Silva  
Ilvanete dos Santos de Souza  
Ismael Santos Lira


<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>1</b>
DESIGNING WORKSHOPS ON CIVIC CULTURE FOR INCLUSIVE TRANSMEDIA STORYTELLING	
Ismael Cardozo Rivera Aurora Madariaga Ortuzar	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1192225111">https://doi.org/10.22533/at.ed.1192225111</a>	
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>17</b>
DISSENSOS E CONSENSOS ENTRE O PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL E O ENSINO REGULAR	
Fábio Junior Pinheiro da Silva Juliani Andreia Garcia Caltabiano Thiago Teiji Machado Juliana Marcondes Bussolotti Patrícia Cristina Albieri de Almeida Ana Maria Gimenes Corrêa Calil	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1192225112">https://doi.org/10.22533/at.ed.1192225112</a>	
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>25</b>
CONCEPCIONES DE LOS ESTUDIANTES RESPECTO AL USO DE LA WIKI	
Ladislao Romero Bojórquez Alejandra Utrilla Quiroz Mariana Consuelo Romero Utrilla	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1192225113">https://doi.org/10.22533/at.ed.1192225113</a>	
<b>CAPÍTULO 4 .....</b>	<b>32</b>
EFEITOS PSICOSSOCIAIS E EDUCACIONAIS NA CRIANÇA VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL - INTERVENÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA	
Sara dos Santos Nunes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1192225114">https://doi.org/10.22533/at.ed.1192225114</a>	
<b>CAPÍTULO 5 .....</b>	<b>43</b>
CONCEITOS DE ALFABETIZAÇÃO E DE LETRAMENTO COMO INDICADORES DE METODOLOGIAS PARA APROPRIAÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA	
Simone de Souza Vanessa Freitag de Araújo Paula Roberta Miranda	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1192225115">https://doi.org/10.22533/at.ed.1192225115</a>	
<b>CAPÍTULO 6 .....</b>	<b>54</b>
EM DEFESA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: UM EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO	
Dennys Gomes Ferreira João Guilherme Rodrigues Mendonça	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1192225116">https://doi.org/10.22533/at.ed.1192225116</a>	

**CAPÍTULO 7 .....70**

ENSINO E PESQUISA FORMANDO ATRAVÉS DOS VALORES NO PIBIB:  
INGRESSO DO ESTUDANTE NO UNIVERSO DO FRANCÊS

Inalda Maria Duarte de Freitas

Ana Maria de Freitas Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1192225117>

**CAPÍTULO 8 .....78**

ESTILO DE PENSAMIENTO Y LOGRO DE APRENDIZAJE EN ESTUDIANTES  
DE LA CARRERA PROFESIONAL DE EDUCACIÓN PRIMARIA DEL  
INSTITUTO SUPERIOR PEDAGÓGICO PUNO

Eliana Lisbeth Arce Coaquira

Ronald Raul Arce Coaquira

Solime Olga Carrión Fredes


Apolinar Florez Lucana

Daniel Quispe Mamani

Newton Edgar Yanapa Quispe

Juan Mauricio Pilco Churata

Yerko Ademir Boza Condorena

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1192225118>

**CAPÍTULO 9 .....92**

FAKE NEWS NO ENSINO REMOTO: PERSPECTIVAS DE PROFESSORES DO  
ENSINO MÉDIO DO ESTADO MARANHÃO


Marcia Amelia Gaspar Matos

Vicente de Paula Campos Freitas

Nayane de Jesus Pinheiro

Cristiane Silva Gonçalves

Mariana Guelero do Valle


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1192225119>

**CAPÍTULO 10..... 103**

AVALIAÇÃO DO ENSINO NA FORÇA AÉREA: ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO  
ENTRE O CURRÍCULO E A PRÁTICA DOCENTE

Maria Alessandra Lima Moulin

Paulo Pereira Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11922251110>

**CAPÍTULO 11 .....118**

GAMIFICAÇÃO: ESTRATÉGIA ATIVA PARA A PROMOÇÃO DA  
APRENDIZAGEM MATEMÁTICA POR MEIO DA TECNOLOGIA


Aline Lima de Oliveira

Carlos Eduardo da Silva Rodrigues

Amanda Pereira Santana

Adailto Raimundo Muniz da França


Bárbara Paula Bezerra Leite Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11922251111>

**CAPÍTULO 12..... 135**

**DIDÁTICA – ANÁLISE CONCEITUAL**


Adelcio Machado dos Santos  
 Rubens Luís Freiberger  
 Daniel Tenconi  
 Danielle Martins Leffer  
 Alisson André Escher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11922251112>

**CAPÍTULO 13..... 144**

**DISEÑO E IMPLEMENTACIÓN DE ESTRATEGIAS DIDÁCTICAS EFICACES PARA EL APRENDIZAJE DE LOS GRUPOS FUNCIONALES DE QUÍMICA ORGÁNICA EN LA SECUNDARIA**


Amanda Lucía Quiroga González

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11922251113>

**CAPÍTULO 14..... 153**

**CONTOS DE FADAS COMO PROPOSTA METODOLÓGICA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**


Gabriela Aparecida de Lima  
 Maria Luiza Batista Bretas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11922251114>

**CAPÍTULO 15..... 173**

**BANQUETE DE LEITURA: A IMPORTÂNCIA E A NECESSIDADE DA LEITURA PARA A FORMAÇÃO HUMANA E CIDADÃ**


Ana Rita de Almeida Neves  
 Antonio Jorge Sena dos Anjos  
 Kenya Costa Pinto dos Anjos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11922251115>

**CAPÍTULO 16..... 179**

**GIRA, GIRA, GIRANDO: REINVENTANDO METODOLOGIAS NA RODA PARA ESCUTA DE NARRATIVAS DE MULHERES QUILOMBOLAS**

Márcia Evelim de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11922251116>

**CAPÍTULO 17.....191**


**GÊNERO, SEXUALIDADE E BULLYING: OS REFLEXOS DO PRECONCEITO E DA DISCRIMINAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR**

Dennys Gomes Ferreira  
 João Guilherme Rodrigues Mendonça

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11922251117>


**CAPÍTULO 18.....206****HISTÓRIA DOS NÚMEROS INTEIROS COMO REGÊNCIA PARA O 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Herlaine Estefani Barros Neris  
 Aléxia Duarte Drefs  
 Danielly Barbosa de Sousa  
 Abigail Fregni Lins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11922251118>


**CAPÍTULO 19..... 219****IMPACTOS NA PRÁTICA REGULAR DE ATIVIDADES FÍSICAS E ADESÃO À BUSCA DE OUTRAS FORMAS DE TREINAMENTO DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL DESENCADEADO PELO COVID-19**

Ugo Gonçalves de Moraes  
 Edson Torres de Freitas  
 Matheus de Jesus  
 Rafael Ventura  
 Fabrício Madureira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11922251119>


**CAPÍTULO 20 ..... 231****EDUCAÇÃO E PLANEJAMENTO DE FINANÇAS PESSOAIS**

Raquel Virmond Rauen Dalla Vecchia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11922251120>


**CAPÍTULO 21.....239****INOVAÇÃO DE INSTRUMENTOS AVALIATIVOS COMO MEIO PARA MELHORAR A AQUISIÇÃO DA LEITURA NA LINGUAGEM ESCRITA DO ESTUDANTE COM AUTISMO**

Lindinalva Maria Silva D'Abreu

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11922251121>

**CAPÍTULO 22 ..... 251****GENÉTICA PELAS MÃOS: MODELO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE GENÉTICA AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS VISUAIS**

Lana Dias da Silva  
 Eliana Michelle Paviotti-Fischer  
 Karla Beatriz Lopes Baldini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11922251122>

**SOBRE OS ORGANIZADORES .....259****ÍNDICE REMISSIVO ..... 261**

# EM DEFESA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: UM EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO

*Data de aceite: 01/11/2022*

### **Dennys Gomes Ferreira**

Mestrando em Educação Escolar, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional, da Universidade Federal de Rondônia – PPGEEProf/UNIR. Gestor Escolar e Professor de Carreira da Secretaria de Educação e Desporto – SEDUC-AM e Secretaria Municipal de Educação – SEMED/MANAUS. C. <http://lattes.cnpq.br/6528147702257578>

### **João Guilherme Rodrigues Mendonça**

Doutor em Educação Escolar, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Mestrado e Doutorado Profissional da Universidade Federal de Rondônia - PPGEEProf/UNIR. C. <http://lattes.cnpq.br/4283910757526854>

Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional da Universidade Federal de Rondônia (PPGEEProf/UNIR), ofertada no período de 07 de março a 11 de março de 2022. Fundamentamos na discussão dos textos apresentados pela disciplina a partir da revisão de literatura, considerando os diferentes autores que compõem as bases conceituais relacionadas à Gênero e Sexualidade. Este artigo propõe analisar as bases e parâmetros que estabelecem o papel da Educação Sexual na escola e sua relação com a construção de um projeto pedagógico democrático. Partindo da conceituação da adolescência enquanto construção social, esta ideia parece repelir, discursivamente, a sexualidade, apesar da realidade mostrar uma questão diferente. Portanto, este artigo aborda as dificuldades de se estabelecer, efetivamente, um projeto voltado a educação sexual nas escolas, tendo em vista os discursos veiculados pela adolescência. Apesar das turbulências, o campo de estudos voltados a Educação Sexual continua em expansão, demonstrando seu potencial para um projeto emancipatório de educação em vista dos retrocessos e adversidades. A disciplina ofertada contribuiu para que se abrisse uma nova gama de possibilidade ao pensar

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo analisar textos no campo da educação vinculados à temática Gênero e Sexualidade, como leitura obrigatória da disciplina “Adolescência, Sexualidade, Gênero e Educação”, componente eletivo ofertado para alunos regulares do Programa de Pós-graduação em

a práxis pedagógica e as potencialidades oferecidas pela Educação sexual, pensando a possibilidade de construir, em conjunto, uma educação emancipatória e democrática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; sexualidade; educação sexual; democracia.

## IN DEFENSE OF SEX EDUCATION IN SCHOOLS: A DEMOCRATIC EXERCISE

**ABSTRACT:** This article aims to analyze texts in the field of education linked to the theme Gender and Sexuality, as mandatory reading of the Subject Adolescence, Sexuality, Gender and Education, an elective component offered to regular students of the Graduate Program in School Education, Masters and Doctorate Professional from the Federal University of Rondônia (PPGEEProf/UNIR), offered from March 7 to March 11, 2022. We are based on the discussion of the texts presented by the discipline from the literature review, considering the different authors that make up the conceptual bases related to Gender and Sexuality. This article proposes to analyze the bases and parameters that establish the role of Sex Education at school and its relationship with the construction of a democratic pedagogical project. Starting from the conceptualization of adolescence as a social construction, this idea seems to discursively repel sexuality, despite the reality showing a different issue. Therefore, this article addresses the difficulties of effectively establishing a project aimed at sex education in schools, in view of the discourses conveyed by adolescence. Despite the turmoil, the field of studies focused on Sex Education continues to expand, demonstrating its potential for an emancipatory education project in view of setbacks and adversities. The discipline offered contributed to opening up a new range of possibilities when thinking about pedagogical praxis and the potential offered by Sex Education, thinking about the possibility of building, together, an emancipatory and democratic education.

**KEYWORDS:** Genre; sexuality; sex education; democracy.

## INTRODUÇÃO

Quando pensamos na adolescência é inevitável que se pense também nas diversas mudanças que ocorrem nesta época, os questionamentos e as dúvidas que acompanham. Durante esta fase da vida, questões referentes a sexualidade se tornam cada vez mais evidentes, entretanto é discutida em poucos espaços. Se tornando assim um assunto desnecessariamente sensível, entretanto esforços vêm sendo feitos para a implementação efetiva da Educação Sexual nas escolas possa reverter este cenário. Mais do que apenas informar e desconstruir preconceitos sobre a sexualidade, esta prática pedagógica visa concomitantemente exercer o pensamento crítico, a reflexão e o questionamento sobre questões que perpassam as categorias gênero e sexualidade.

Vale relembrar, como Mendonça (2011) aponta, que a ideia de criança é uma construção recente da modernidade. Arelada a processos de urbanização e mudanças sociais, onde crianças começam a ser entendidos como sujeitos, divergindo da ideia em vigor anteriormente que versava crianças como adultos em miniatura. Essa construção de criança, e conseqüentemente de adolescência, surge atrelada a noção de que está criança

deve ser protegida do mundo exterior e educada. Mendonça (2011) demonstra como essa produção moderna de “criança” acarreta mudanças como a noção que crianças deveriam ser educadas e ter um campo de estudo voltados a sua saúde.

O envelhecimento e as categorias etárias que surgem, como criança, adolescente, adulto idoso, são primeiramente uma categoria socialmente construída que designa um grupo de certa faixa etária, que também varia conforme o local em questão, o tempo e a cultura. Esta faixa etária que é modificada conforme as categorias etárias sofrem novo entendimento, principalmente por serem estruturadas pelo grupo dominante, no caso os “adultos”, que constroem um imaginário de diferenciação, dentro de uma estrutura de luta pelo poder, enaltecendo a juventude e atribuindo uma imagem negativa a velhice (DEBERT, 1999).

A ambivalência do processo biológico nesta discussão é categorizar, em etapas e grupos sociais, processos que acontecem naturalmente ao corpo humano. A problemática atual sobre a discussão geracional, presente desde os anos 80 até a atualidade, é de que idade e maturidade não estão mais ligadas, conseqüentemente experiências reservadas a um determinado momento do estágio da vida pode muito bem ser vividas, ou não, antes de idades pré-determinadas como “velho” ou “jovem”, quebrando com conceitos antes utilizados e enraizados de que idade e maturidade são inseparáveis e um pressupõe o outro (DEBERT, 1999).

Com a modernidade, a periodização da vida em sociedade se alastra e tem ligação direta com o Estado e a regulamentação da vida em sociedade, define o espaço doméstico e familiar, assim como se estabelece enquanto instituição. Tal instituição não foge da influência da modernidade, em que tudo sofre o processo de individualização. O curso da vida como instituição social permeia e modifica os campos do trabalho e da família, transformando assuntos da esfera privada em assuntos da esfera pública, além de influenciar o mercado de consumo e as políticas públicas.

A institucionalização do curso da vida significa, também, a periodização de etapas da vida junto da criação de projetos para os mesmos. No mundo moderno curso da vida se torna um espaço aberto a experiências, o que quebra com a ideia das sociedades pré-modernas de geração e rituais padronizados. Geração significa mais alinhado em agrupar indivíduos pelas experiências vividas durante um mesmo tempo do que propriamente por idade, isso em contraste com a ideia de tempo padronizado (DEBERT, 1999).

As noções exploradas sobre as categorias do envelhecimento esbarram em um assunto que a todo momento atravessa tais discussões: a sexualidade. Existe, no senso comum, a noção de que a sexualidade é algo inerentemente negativo quando escapa de padrões pré-estabelecidos, no caso a lógica heteronormativa do sexo exclusivamente reprodutivo (RUBIN, 2017). Portanto, essa ideia atrela-se ao pensamento de que crianças e adolescentes devem ser protegidos de todo mal, assim criando inerentemente uma resistência e oposição a Educação Sexual. Esta oposição pode tomar várias formas,



por estar presentes em diferentes grupos como religiosos fervorosos, conservadores, reacionários e certos grupos políticos (REIS; EGGERT, 2017).

De maneira que pesquisas contemporâneas sobre Educação Sexual têm de lidar com o desafio de se reafirmar enquanto campo de conhecimento e uma medida benéfica, seja para jovens e demais grupos (RIBEIRO, 2019). A moralização e descontextualização dos estudos e discursos sobre a sexualidade que vem ocorrendo nos últimos anos reforçaram o falso paradigma de que a inclusão da Educação Sexual nas escolas levaria a uma perversão das crianças e adolescentes, criando pânico e terror moral (REIS & EGGERT, 2017). Nesse sentido, os pontos positivos e o potencial emancipatório das discussões sobre educação sexual se tornam ofuscados por questões falaciosas e infundadas.

Tendo em vista o panorama dos últimos anos no campo de estudos sobre a Educação Sexual (REIS & EGGERT, 2017), este trabalho visa retomar a discussão sobre educação democrática e sua relação com a implementação e prática da Educação Sexual nas escolas e como esta prática incentiva um exercício emancipatório na educação. Como será abordado, a prática de Educação Sexual é uma forma efetiva de enfrentar as opressões de gênero e sexualidade e os preconceitos sobre a atividade sexual na adolescência, utilizando de reflexões e informação para aguçar o pensamento crítico dos educandos (MAIA & RIBEIRO, 2011). Sendo estes um dos caminhos possíveis para enfrentar as problemáticas da desigualdade de gênero e as opressões sofridas por minorias sexuais, como a população LGBT.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho é fruto da disciplina de Mestrado intitulada “Adolescência, Sexualidade, Gênero e Educação”, componente eletivo ofertado para alunos regulares do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional da Universidade Federal de Rondônia (PPGEEProf/UNIR). Este artigo se baseia na revisão de literatura, pautando-se em trabalhos que discutam a Educação Sexual, seu papel na escola e as intersecções entre gênero e política.

Primeiramente foi realizada uma seleção de material bibliográfico que se aproximava do tema proposto neste trabalho e a prática pedagógica visada. Existem diversas produções sobre os temas levantados, portanto, após o levantamento, a seleção se baseou no critério de afinidade e proximidade com o tema estabelecido. Tal levantamento focou-se primariamente em livros, artigos científicos e entrevistas. Posteriormente realizou-se leitura, fichamento e análise das obras selecionadas, focando-se em suas contribuições para a produção de conhecimento referente ao campo da Educação Sexual e seu potencial emancipatório, direitos humanos, educação democrática, desenvolvimento de uma prática ecopedagógica consciente e combativa as desigualdades de gênero e preconceitos quanto a sexualidade.

A revisão de literatura oportuniza aos pesquisadores a elaboração de textos a partir de uma perspectiva histórica sobre determinado tema, tanto em nível nacional quanto internacional, dependendo da abrangência, exigindo assim expertise como condição básica para o crescimento de pesquisas sobre a área de estudo. (DORSA, 2020).

Através deste processo foi possível perceber diferentes abordagens quanto a Educação Sexual e como ela se intersecciona com outros temas como cidadania, gerações, direitos humanos e política. Tais discussões circularam principalmente pela Educação, mas também passaram por perspectivas ligadas ao campo da Saúde e das Ciências Sociais. Demonstrando que gênero e sexualidade se mostram marcadores relevantes a produção de conhecimento em diversos campos, mas que enfrentam represálias morais, justamente, por questionarem verdades antes enraizadas sobre tais questões. Tais estudos partem de uma perspectiva a favor da diversidade, tanto em sala de aula e na escola como em demais setores da sociedade, e em prol da igualdade de gênero e combate as opressões relacionadas a sexualidade, raça e classe.

## O PAPEL DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Primeiramente, deve-se estabelecer qual o conceito de sexualidade e, conseqüentemente, o que se entende por Educação Sexual. Sexualidade nada mais é do que um conceito social e histórico, socialmente construído e mutável a ação humana, ou seja, varia conforme a cultura, o contexto e o tempo histórico. Maia e Ribeiro (2011) uma conceituação sobre o que denominamos sexualidade:

A sexualidade é um conceito amplo e histórico. Ela faz parte de todo ser humano e é representada de forma diversa dependendo da cultura e do momento histórico. A sexualidade humana tem componentes biológicos, psicológicos e sociais e ela se expressa em cada ser humano de modo particular, em sua subjetividade e, em modo coletivo, em padrões sociais, que são aprendidos e apreendidos durante a socialização (MAIA; RIBEIRO, 2011, p. 75).

Gayle Rubin (2017) argumenta como a ideia de sexualidade única e estática é maligna para se pensar uma ética sexual, pois esta categoria de pensamento pressupõe uma prática sexual única e universal, que funciona para todo tipo de corpo, desejo e sexualidade. Renegando outras práticas e formas de existir às marginalidades da vida social, a categoria de “anormal” e demais conotações negativas. Assim, os “desviantes sexuais” abordados por Rubin habitam as incongruências das práticas hegemônicas de gênero e sexualidade, articulando maneiras de existir dentro desta escala onde é impossível ganhar se não fuja a heterossexualidade.

Na Europa ocidental e nos Estados Unidos, a industrialização e a urbanização remodelaram as populações rurais e camponesas, convertendo-as em uma nova força de trabalho industrial e urbana. Elas geraram novas formas de aparato estatal, reorganizaram as relações familiares, alteraram os papéis de

gênero, tornaram possíveis novas formas de identidade, produziram novas variedades de desigualdade social e criaram novos formatos de conflito ideológico e político. Também deram origem a um novo sistema sexual caracterizado por tipos distintos de pessoas, populações, estratificação e conflitos políticos sexuais (RUBIN, 2017, p. 90).

Para Rubin (2017), que também entende que a sexualidade e o sexo são produtos da atividade humana, frutos do contexto de tempo e lugar, o sexo sempre é político. Não necessariamente o ato sexual, mas o que entendemos como sexo e prática sexual. Rubin da atenção a consolidação da moralidade vitoriana e os aparatos sociais, médicos e legais que sustentavam (e sustentam) estruturas de poder que visam controlar o que conhecemos sobre o sexo e, conseqüentemente nossos corpos, deixando fortes marcas em assuntos referentes a sexualidade, família e a prática médica, guiados por ambições políticas, morais e ideológicas.

Brandão (1982) apresenta o conceito de educação como um processo endoculturação, responsável por tornar comum, conceitos e ideias considerados no meio social como desejáveis a um indivíduo ideal para a comunidade. Sendo capaz de libertar o indivíduo quanto perpetuar a ordem hierárquica presente, servindo como fator de diferenciação social. A Educação, apresentada por Brandão através de uma análise histórica, sempre esteve ligada ao processo de transformação do sujeito através de relações interpessoais, transformando o indivíduo através de relações socioculturais como meio que de fato interfere e altera a educação proposta.

De maneira que estabelece ponto de partida para pensarmos, então, o que é a Educação Sexual e sua influência no ambiente escolar. Ribeiro (2019) aponta como a ideia de Educação Sexual no Brasil foi gestada, primeiramente, entre médico no final do século XIX. O interesse inicial surge através de estudos voltados a prostituição e doenças venéreas e sua relação com o sexo e a sexualidade, estabelecendo, inicialmente, o campo da sexologia (RIBEIRO, 2019).

O campo continuou a se desenvolver por meio das intersecções entre medicina e educação. Principalmente devido à preocupação que os médicos tinham em relação à saúde das crianças e adolescentes, de maneira que a escola se torna solo fértil tanto para as pesquisas realizadas quanto para os primeiros exemplos que temos de Educação Sexual na escola. Essa relação intrínseca entre medicina e educação para formar o campo de estudos sobre Educação Sexual permanece até hoje, entretanto, vale notar que durante o século XX tais questões tinham forte proeminência da saúde, enquanto nos últimos anos a ala da educação vem ganhando força. Tal força se dá pelos diversos processo de institucionalização da Educação Sexual que ocorreram no final do século XX e início do século XXI (RIBEIRO, 2004).

As mudanças mais significativas que ocorreram para a institucionalização do campo se deram através da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996,

que trouxe forte esperanças para a mudança, onde se estabelecería um novo momento para a educação sexual brasileira (RIBEIRO, 2004). E, referindo-se a institucionalização e a disputa sobre ela, Reis e Eggert (2017) apontam que a partir de 2010 surgem uma nova disputa: pelo Plano Nacional de Educação. O PNE é o documento que serve de base para a construção dos currículos nacionais e os objetivos para a educação brasileira. Nesse sentido, Reis e Eggert (2017) demonstram como se estabelece uma disputa sobre os termos e pautas a serem abordados no documento, precisamente se questões ligadas a temática de raça, gênero e classe seriam abordadas no documento ou retiradas completamente. Justamente dessa disputa simbólica e judicial que surge a ideia de *ideologia de gênero*, que serpa tratada nesta seção.

Igualmente a educação, a sexualidade permeia várias instancias da vida em sociedade, entretanto falar e discutir sobre sexualidade ainda enfrenta um certo nível de tabu. Conseqüentemente, discutir Educação Sexual, sem uma aparente necessidade imediata, ou seja, um grande problema ou inimigo comum, é constantemente questionada por certas fragilidades de indivíduos e grupos sociais. Dessa maneira, acaba-se por enfatizar o caráter biologizante das discussões sobre sexualidade e Educação Sexual, voltando-se, principalmente, sobre prevenção de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e prevenção a gravidez na adolescência. Assim, a esfera da saúde acaba por monopolizar estas discussões, o que leva muitas vezes ao esvaziamento das discussões sociais atreladas a sexualidade e à Educação Sexual.

Os autores não deixam de apontar o gritante retrocesso em nossa sociedade atual, que visa reprimir assuntos ligados a sexualidade em geral, relegando tais assuntos a esfera do tabu, esvaziando as possíveis reflexões e discussões presentes no tema. Este retrocesso é um processo histórico que acompanha os primeiros estudos no Brasil que se voltavam sobre a Educação Sexual. Souza *et al.* (2020) defendem a necessidade de se pensar a Educação Sexual como qualquer outra fonte de educação, que distingue representações e valores para cada indivíduo. Assim abrindo espaço para ocorrerem discussões saudáveis e frutíferas quanto a questões diversas ligadas a sexualidade, visando desmistificar e desconstruir preconceitos enraizados no senso comum.

Assim posto, para que a Educação Sexual ocorra de forma abrangente e construtiva, é preciso olhar para a formação do educador que deverá ter a importante tarefa de desconstruir e transformar valores e visão de mundo fundados em discriminação, tabus e preconceitos misóginos, homofóbicos e autoritários que direcionaram de forma equivocada a percepção da sexualidade e seus contornos (SOUZA *et al.*, 2020, p.100).

Portanto, sendo a escola um espaço de socialização e convivência, questões ligadas a sexualidade tendem a aparecer de diversas formas e espera-se que o professor esteja preparado para lidar com essas situações. É preciso transformar o ambiente educacional em um espaço de acolhimento, orientação e escuta para as diversas dúvidas e questões

ligados a sexualidade. Souza *et al.* (2020) traz reflexões sobre a dificuldade que a maioria dos professores tem de tratar sobre Educação Sexual.

Por esta razão e por receios de serem reprimidos, alguns professores se sentem inibidos ao trabalhar Educação Sexual, pois além de compreender e intervir nas situações trazidas pelos alunos, ainda é necessário rever seus próprios conceitos e valores ligados à sexualidade. Embora a proposta de refletir sobre si mesmo pareça de fácil execução, a prática traz desafios maiores que vão desde a carência de informações apropriadas durante a formação do professor e a falta de materiais que instrumentarão a prática profissional até a impossibilidade de acessar ou participar de espaços reflexivos para desconstruir preconceitos e desenvolver postura crítica e reformulação de atitudes frente ao sexo, revendo tabus para ser capaz de tratar com naturalidade as questões sexuais dos alunos (SOUZA *et al.*, 2020, p. 102).

Nesse sentido, faz-se necessário, segundo Souza *et al.* (2020), que se implementem cursos de formação continuada e que as discussões referentes a gênero e sexualidade sejam inseridas obrigatoriamente nos currículos dos cursos de licenciatura, para que professores se sintam preparados para discutir tais questões dentro e fora de sala de aula. Desmistificando a sexualidade, retirando tais discussões a esfera do *tabu*, poderemos, de fato, abordar tais questões de forma significativa.

Maia e Ribeiro (2011) apresentam duas formas distintas de abordar a educação sexual. A primeira, sendo a educação sexual que o indivíduo carrega consigo por diversos processos de socialização, dos grupos que está inserido, de sua cultura e da família. A segunda forma é quando a educação sexual adentra o espaço escolar, tornando-se objeto de ensino e orientação (MAIA E RIBEIRO, 2011). E ambas as formas se relacionam intrinsecamente, visto que o indivíduo ao chegar a escola carrega consigo suas concepções socioculturais sobre o que é sexualidade, assim podendo entrar em atrito com as diversas concepções presentes em uma sala de aula, proveniente de outros educandos. Assim, demonstrando outra faceta da educação sexual escolar: refletir, discutir e questionar valores e concepções pré-estabelecidas.

Justamente por ser um meio para a diminuição do *bullying* nas escolas, Maia e Ribeiro (2011) postulam um dos princípios da prática da Educação Sexual nas escolas como:

Partimos, portanto, do princípio que a educação sexual na escola deve ser um processo intencional, planejado e organizado que vise proporcionar ao aluno uma formação que envolva conhecimento, reflexão e questionamento; mudança de atitudes, concepções e valores; produção e desenvolvimento de uma cidadania ativa; e instrumentalização para o combate à homofobia e à discriminação de gênero (MAIA E RIBEIRO, 2011, p. 77).

A Educação Sexual deve ultrapassar a perspectiva de que a pura informação é a única maneira de agir. Possibilitando uma nova ótica sobre a sexualidade, entendendo-a como uma questão inerentemente social e política. É impossível desassociar destas questões,

justamente por tanto gênero quanto sexualidade desempenharem papel fundamental na organização social e construção de sujeitos. Vivemos em uma sociedade generificada.

Novamente retomando as considerações de Rubin (2017), a associação da sexualidade ao polo negativo do discurso afeta as possibilidades de trabalharmos este tema em sala de aula. Tanto pelo viés de que sexualidade é algo negativo que deve ser evitado, principalmente em adolescentes, quanto a ideia de que discutir sexualidade é algo inerentemente negativo e discutir estas questões ajudariam a propagá-la. Nesse sentido, Rubin (2017) aponta um certo pânico moral atrelado a discussões de sexualidade, justamente por propor como o sexo e a sexualidade permeiam as relações sexuais e políticas, sendo estes o alvo primário do controle frente a moral hegemônica.

Seguindo esta linha de pensamento, quanto ao pânico moral ligado a sexualidade, nos últimos anos o campo da Educação Sexual tem enfrentado atrito com os opositores da chamada *ideologia de gênero*. Reis e Eggert (2017) apontam como a ideia de ideologia de gênero surge como uma categoria combativa a documentos e planos educacionais que visavam o respeito a diversidade sexual e a diminuição da desigualdade de gênero. Porém, argumentos contrários a esta pauta utilizam o termo “ideologia de gênero” quase que como sinônimo a tais questões, com forte conotação negativa.

Ribeiro (2017), quando perguntado sobre como podemos diferenciar os estudos de gênero e o termo ideologia de gênero, aponta:

Dentre os vários estudos desenvolvidos, podemos citar a violência contra a mulher, a igualdade entre homens e mulheres e os direitos LGBT. Sendo ciência, os estudos de gênero não se pautam no senso comum, na opinião ou no dogma. E é este o ponto que diferencia os Estudos de Gênero da Ideologia de Gênero, que surge por volta de 2014 como uma reação de setores religiosos fundamentalistas que não aceitavam os avanços sociais que davam maior liberdade de expressão e estimulavam a cidadania e os direitos individuais, principalmente aqueles referentes à sexualidade, à diversidade e à igualdade entre homens e mulheres. O termo Ideologia de Gênero foi artificialmente criado para rotular negativamente um campo científico em franco processo de crescimento e reconhecimento (RIBEIRO, 2017, p.2).

Ribeiro (2017) enfatiza a importância de se diferenciar os estudos de gênero, aqui pensado como campo habitado pela educação sexual, é sua sistematização, organização e institucionalização, base teórico-metodológica. Enquanto, por contrapartida, a ideia de *ideologia de gênero* surge como argumento contrário a avanços sociais quanto a questões ligadas a gênero e sexualidade e sua influência no plano de educação. Mais do que argumento contrário, é utilizado para a criação de um inimigo comum a ser erradicado a todo custo, utilizando-se do pânico moral criado por falácias e mentiras (REIS; EGGERT, 2017).

Criou-se uma falácia apelidada de “ideologia de gênero”, que induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, e que nega a existência da

discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT comprovadas com dados oficiais e estudos científicos. Utilizou-se de desonestidade intelectual, formulando argumentos sem fundamentos científicos e replicando-os nas mídias sociais para serem engolidos e regurgitados pelos fiéis acríticos que os aceitam como verdades inquestionáveis. Utilizou-se também de uma espécie de terrorismo moral, atribuindo o status de demônio às pessoas favoráveis ao respeito à igualdade de gênero e diversidade sexual na educação, além de intimidar profissionais de educação com notificações extrajudiciais com ameaça de processo contra quem ousasse abordar esses assuntos na sala de aula (REIS; EGGERT, 2017).

Assim como Reis e Eggert (2017) pontuam, se existe, de fato, uma ideologia de gênero é aquela que se propaga justamente através das desigualdades. É essa categoria de acusação que bate de frente e tenta diretamente desmobilizar a Educação Sexual nas escolas. Utilizando de pânico moral para gerar acusações absurdas que se tornam armas tanto contra a Educação Sexual quanto contra a seus sujeitos, ou seja, os alunos.

Além das questões citadas acima, fontes de atrito para implementação positiva da Educação Sexual nas escolas, Riberio (2019) apresenta outros desafios que ressoam na prática educacional se referem, principalmente, pelo desmonte dos avanços conquistados. Este movimento está amplamente ligado a ideia de *ideologia de gênero*, também tratado por Reis e Eggert (2017). Ribeiro (2019) dá atenção a como essa falácia não só dificulta a prática em sala de aula, mas concomitantemente a formulação de novas leis, políticas públicas e ações do Estado referentes a violência de gênero e a discriminação por sexualidade.

Nicolino e Paraíso (2017), partindo da intersecção entre estudos sobre educação sexual e o campo da Educação Física, como o silenciamento de questões ligadas a gênero e sexualidade se torna uma lógica de normalização de uma lógica heteronormativa. Lógica está que “ora operacionalizada na invisibilidade e/ou repulsa homossexual, ora projetada na inferioridade atribuída ao feminino” (NICOLINO & PARAÍSO, 2017). Não somente, a prática do silenciamento delatada pelas autoras ajuda a construir o que seria o corpo “normal”, entretanto essa categoria, pela fala, se constrói através do caráter biológico. Ou seja, Nicolino e Paraíso (2017) denunciam que esta prática de silenciamento coloca o sexo biológico e reprodutivo como a categoria do “normal”, um conceito puramente social pautando-se no biológico. Esta ideia de “normal” delatada pela prática pedagógica do silenciamento coloca aqueles que não se encaixam neste padrão diretamente na marginalidade.

O silenciamento e o “não-dito” se tornam práticas pedagógicas que dão base para que as opressões ligadas a gênero e sexualidade se perpetuem. Demonstrando, mais uma prática comum a Educação Sexual: a quebra destes silêncios. Como relatado por Maia e Ribeiro (2011), um dos princípios de ação para a Educação Sexual seria justamente o questionamento do que é considerado “normal” quanto a sexualidade. Assim, desnaturalizando o normal e trazendo-o à esfera do questionamento e do pensamento

crítico. Segundo Ribeiro (2013) a Educação Sexual constrói um espaço concreto para o combate à discriminação, o preconceito e a violência sexual, física e simbólica. Dessa maneira, se estabelecendo como medida efetiva de garantir a cidadania de grupos marginalizados e perseguidos, justamente por desnaturalizar concepções antes enraizadas pela cultura.

## **GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: EXERCÍCIO DE UM IDEAL DEMOCRÁTICO**

Este segmento busca aprofundar as relações entre as bases para uma educação democrática e emancipatório e a implementação da Educação Sexual nas escolas. Nesse sentido, retomaremos questões referentes as bases do que seria uma educação democrática e como podemos alcançar avanços no campo de estudos sobre a Educação Sexual frente a tantos retrocessos, graças a onda conservadora que tem se tornado cada vez mais proeminente (RIBEIRO, 2017).

Maia e Ribeiro (2011) apontam que a implementação efetiva da Educação Sexual na escola se integraria a perspectiva de educação emancipatória que busca a constituição de cidadãos críticos e autônomos. Sendo a escola o espaço destinado à reflexão, a crítica e ao exercício do questionamento, a escola é o espaço de transmissão de saberes historicamente acumulados e sua dimensão ético-política e, como já foi abordado, gênero e sexualidade estão intrinsecamente a tais questões.

Ribeiro (2017) elabora como a Educação Sexual permeia outras discussões além de gênero e sexualidade:

Necessariamente, trabalhar com Educação Sexual implica em desenvolver estratégias pedagógicas que permitam conhecer, refletir e questionar sobre Gênero, Classes Sociais, Raça e Etnia, Relações Geracionais, Cidadania, Direitos Humanos pois não é possível no contexto atual, abordar Sexualidade, atitudes e comportamentos sexuais, falar sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), Anatomia e Fisiologia Sexual, Gravidez, Métodos Contraceptivos, Corpo sem relacionarmos com as categorias sociais que vão possibilitar a compreensão de que nossa concepção e percepção da Sexualidade é uma construção histórica, e altera-se de época pra época e de povo pra povo. Ou seja, temos de ir além da informação biológica (RIBEIRO, 2017, p. 13).

O ideal democrático proposto por Dewey (1936) não é somente o interesse comum e a cooperação, mas também a confiança nos interesses comuns como regulamentação social e a mudança de hábitos sociais, sua contínua readaptação. Ou seja, o ideal democrático funciona quase como caráter socializador capaz de unir os indivíduos para a cooperação através do consenso da necessidade de um contrato de restrição e benefício mútuos. O vínculo de união não pode ser unicamente a força coercitiva. Para terem numerosos valores e interesses em comum, é necessário que os indivíduos tenham iguais oportunidades para



dar e receber (a cooperação), sem pluralidade de interesses, se desequilibra o jogo de estímulos intelectuais (unilateral).

As ideias e práticas modernas da vida política surgiram de duas transformações em específico: a primeira a constituição das cidade-Estado; e a segunda sendo a separação da ideia de democracia ligada a cidade-Estado, tendo agora um sentido mais amplo, como nação ou Estado-nação. Partindo das concepções democráticas de Robert Dahl (1997), a democracia é atualmente entendida mais como uma ideologia do que uma forma de governo. Acontece de tal maneira que a democracia como argumento pode legitimar governos autoritários que são “para defender a democracia”, como foi o caso brasileiro, assim como construir governos verdadeiramente democráticos. A democracia clássica grega, inicialmente pensada para atuar em pequenos espaços e posteriormente ampliada para o conceito de nação, tem problemas em conceber a representação, participação e diversidade, inerentes ao se pensar uma nação.

Existe, na modernidade, uma busca e uma necessidade de reafirmação das identidades. É extremamente necessário repensar as identidades que se favoreceram da ideia clássica de democracia e como inserir as identidades insurgentes na democracia atual. Representatividade não necessariamente significa maior participação direta, afinal no moderno mundo do trabalho o tempo livre necessário a tomada de decisões é cada mais escasso, mas sim pensar a representatividade como um jogo de interesses válidos (DAHL, 1997).

A escola em sua formulação na Grécia Antiga, é o lugar do “tempo livre”, a palavra vem do grego “*scholé*”, no sentido onde o indivíduo é livre de suas ocupações diárias do ambiente social, onde o aluno é suspenso de seu contexto social, familiar e econômico sendo inserido num contexto onde ele é um aluno como todos os outros. Segundo Masschelein e Simon (2014) a escola, tem, inerente a si, o papel de profanar o mundo, retirar de seu sentido habitual, e, de tal forma, promover a emancipação do indivíduo de verdades previamente entendidas com únicas, fazendo com que esse indivíduo constate a raiz desta “verdade” e produza seu próprio sentido em cima dela.

Em nossa opinião, a invenção da escola – onde esses filósofos e sua filosofia (felizmente) passariam a encontrar abrigo – é socialmente muito mais abrangente e radical. A escola e a experiência escolar de “ser capaz de”, que a acompanha, (e não a experiência filosófica de “admirar-se” ou a experiência moral de “obrigação”) são o que produz a, eminentemente, revolucionária assinatura da democracia na e sobre a sociedade. A concreta personificação da distinção entre “tempo livre ou não destinado” e “tempo produtivo ou destinado” que dá origem à escola e a seus personagens caminha lado a lado com tornar visível a igualdade e tornar possível a capacidade de começar (MASSCHELEIN & SIMONS, 2014, p. 83).

A quem serve a educação democrática? Ela é diretamente emancipatória, ou seja, capaz de fazer com que grupos oprimidos consigam perceber as estruturas que os oprimem, fazendo com que a democracia necessite da educação como garantia de que

está permanecerá a existir. Assim como propõe Freire (1997), educar não é transmitir conhecimento, é um processo mútuo de aprendizado entre educando e educador, e por se basear nessas premissas a autonomia do educando é naturalmente incentivada.

Incentivar a autonomia do educando é entendê-lo como indivíduo, com suas próprias características e conhecimentos e carrega consigo durante toda sua formação, e não, como alguém inferior ao professor que se limita ao mesmo para o aprendizado, sem a capacidade de entender e conhecer o mundo por si. De tal maneira a educação para Freire (1997) é um processo mútuo e ativo, onde educando e educador se encontram para trazer questionar, pensar e criticar o mundo externo a escola, tentando aproximar os conteúdos estudados com a realidade.

Seguindo estas considerações é possível perceber suas relações com as propostas estabelecidas para a Educação Sexual por Maia e Ribeiro (2011). Os autores reconhecem que a Educação Sexual nas escolas não deve se manter, exclusivamente, em questões biológicas, mas que se voltem também para os Direitos Humanos, relacionamentos sociais, incentivando a cidadania e o pensamento crítico do educando. Contribuindo com a proposta de educação emancipadora e a construção de uma escola democrática. De maneira mais enfática, os autores citam metas para garantir a educação sexual crítica e emancipatória nas escolas, duas delas se relacionam diretamente com os levantamentos deste trabalho.

5) a garantia de que as escolas públicas são laicas e crenças religiosas não devem ser atreladas ao trabalho educativo do professor e da professora; ao mesmo tempo, uma vez se trabalhando com a educação sexual intencional, a garantia de respeito aos valores da família, religiosos e morais, ensinando e promovendo a autonomia do aluno e da aluna no que se refere ao acesso a informação reflexiva;

6) ações pedagógicas que incentivem para que as escolas reconheçam a sexualidade como um aspecto essencial do ser humano e promovam o debate constante entre os alunos e alunas, seus familiares, agentes escolares e a comunidade (MAIA & RIBEIRO, 2011, p. 82).

Partindo de tais considerações percebemos como a Educação Sexual voltada para a diversidade, respeito, libertação e emancipação do educando está enraizada na desnaturalização de sexo e gênero enquanto categorias únicas e imutáveis. Através das considerações sobre o contexto social, cultural e econômico que o educando está inserido, surgem os questionamentos e ideias pré-estabelecidas sobre gênero, sexualidade e comportamento tido como “normais”, desejáveis e aceitáveis. Reconhecendo as diferenças intrínsecas ao indivíduo, através do espaço escolar e contato com as disciplinas, podemos caminhar para igualdade democrática (MASCHELEIN & SIMONS, 2012).

Considerando o que foi apresentado sobre educação democrática e os projetos de educação sexual, é possível perceber similaridades quanto a importância de promover um projeto e uma prática pedagógica voltados para a cidadania do educando. Como Ribeiro (2011) aponta, essa relação se dá pela impossibilidade de discutir direitos humanos,

cidadania e democracia sem, também, discutir questões referentes a gênero, sexualidade e diversidade. O que essas proposições nos apresentam é a necessidade de ampliar o debate e a percepção de quem são, hoje, os jovens e alunos das escolas brasileiras, perceber os matizes de suas individualidades e a diversidade no corpo docente. Assim, ao direcionarmos a prática educacional à percepção da diversidade e o reconhecimento destes marcadores sociais, seja gênero, raça, classe ou sexualidade, como produtores de subjetividades específicas, além do contexto social, cultural e econômico que os alunos estão inseridos, poderemos construir uma educação, de fato, democrática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, para fins de finalizar este artigo, é preciso que retomemos alguns pontos tratados. Primeiramente, a prática pedagógica em Educação Sexual é realmente emancipatória se reconhece as diferenças e estimula a reflexão do aluno para outras questões que perpassam tanto gênero quanto sexualidade, afastando-se de ideias biologizantes e que buscam uma verdade única sobre esses temas. É através desta prática, que visa a diversidade de temas na sala de aula, que reconhece as individualidades de cada aluno, o contexto em que estão inseridos e suas necessidades, poderemos construir uma escola, e um projeto de educação democrática.

Mesmo com o avanço de esforços antidemocráticos e contra a diversidade sexual e de gênero, que buscam manter as estruturas que perpetuam as violências e desigualdades referentes a estes temas, o campo sobre estudos voltados a Educação Sexual no Brasil continua a se expandir. Como Nicolino e Paraíso (2017) bem exploram, a prática do silenciamento quanto as questões ligadas a gênero e sexualidade é o que normaliza as violências e marginaliza aqueles que não se enquadram na “normalidade”, portanto, se buscamos uma prática pedagógica emancipatória e democrática devemos efetivamente lutar contra esses silenciamentos. Sejam eles provocados por alunos contra outros alunos, nas relações professor aluno ou nas tentativas de silenciamento diretas aos professores.

É necessário reconhecer que a adolescência, como a infância, são construções sociais da modernidade, atrelados a ideias específicas de família, gênero e sexualidade (MENDONÇA, 2011; DEBERT, 1999) e que sua relação com a sexualidade é natural. Mesmo que os discursos sobre essa faixa etária busquem separar adolescência e vida sexual, a prática é muito diferente. Portanto, o conhecimento sobre o próprio corpo, suas funções reprodutivas, a sexualidade e prevenção de ISTs se tornam pontos chave a serem tratados nessa faixa etária, que acabam sendo prejudicados pela aura de *tabu* que cercam estes assuntos (RIBEIRO, 2004).

Analisando as produções sobre o campo da Educação Sexual no Brasil, percebemos a predominância de trabalhos circulam pela educação e formulação de outras práticas pedagógicas, tendo ainda forte influência do campo da saúde. Porém, percebe-se que a

perspectiva interdisciplinar tem tomado força nos últimos anos, com trabalhos que coexistem dentro dessas duas esferas do conhecimento. Que buscam trazer conhecimentos biológicos atrelados a práticas pedagógicas libertadoras e reflexões sobre como tais conhecimentos se relacionam com o mundo social a sua volta.

Os problemas estruturais da democracia brasileira não serão curados com a implementação efetiva de uma Educação Sexual emancipatória, entretanto, direcionam o caminho para tal. Exercitar uma pedagogia libertadora e emancipatória não é tarefa fácil, requer reflexão, questionamento e incentivo para a construção de uma relação horizontal entre professor e aluno, se abrir para as possibilidades frutíferas que essa prática proporciona. Acima de tudo, é entender como as particularidades de cada aluno se relacionam com os temas levantados em sala de aula. Mais do que promover um saber, uma informação, puramente biológica é incentivar o aluno a questionar e refletir sobre os papéis de gênero na sociedade, a desigualdade desses papéis e como eles interferem nas relações interpessoais.

A Educação Sexual deve ser pensada de forma natural, evitando os terrorismos morais que se estabelecem erroneamente por um campo opositor retrogrado e conservador. É indiscutível o estrago que a ideia de ideologia de gênero causou tanto para os estudos de gênero no Brasil quanto para os estudos sobre Educação Sexual, entretanto, como os estudos citados neste trabalho mostram, a esperança de um futuro promissor para esse campo de atuação se mantém. Afinal, mesmo com constantes ataques aos ideais democráticos, a educação brasileira e a diversidade de gênero e sexual, é através deste embate com pensamentos pré-concebidos que a educação sexual emancipatória mostra seu potencial.

## REFERÊNCIAS

BEDIN, Regina Célia. **A história do núcleo de estudos da sexualidade e sua participação a trajetória do conhecimento sexual na UNESP**. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. 2016

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. Editora Brasiliense. 5ª Revisão. São Paulo, 1982.

DAHL, Robert Alan. **A Democracia e seus críticos**. São Paulo, Edusp, 1997.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp, 1999.

DEWEY, J. **A concepção democrática da educação**. In Democracia e educação. Companhia Nacional. 1936.

DORSAL, A, C. O papel da revisão de literatura na escrita de artigos científicos. **Revista Interações**, Vol. 21, n. 4, jul/set. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação sexual: princípios para ação. Doxa. **Revista Paulista de Psicologia e Educação**, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2011.

MASSCHELEIN, Jean; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola, uma questão pública**. 2ª edição. Autêntica. 2014.

MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues. **Mulher e criança**: ambivalência de dois mundos ditados por especialistas em artigos de revistas destinadas ao grande público entre os anos de 1940 a 1950. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. 2011;

NICOLINO, A. S.; PARAÍSO, M. A. Escolarização Da Sexualidade: O Silêncio Como Prática Pedagógica Da Educação Física. **Revista Movimento**, v. 24, n. 1, p. 93–106, 2018.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A Educação Sexual na formação de professores**: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania efetiva. *In*: RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela R.; REIS, Maria Almeida de Souza (Orgs.). *Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas*. 1ª ed. De Petrus et Alii. Petrópolis; Rio de Janeiro. FAPERJ. 2013.

\_\_\_\_\_. Desafios contemporâneos em educação sexual: A perda do ambiente mental, social e escolar. *In*: DESIDÉRIO, Ricardo; FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; MELO, Sonia Maria Martins; MAISTRO, Virgínia Iara de Andrade; BASTOS, Vinícius Colussi. **Interseccionalidade e transgressões em educação sexual**. Londrina. Syntagma Editores, 2019.

\_\_\_\_\_. Entrevista: Educação para a Sexualidade. **Revista Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 07-15, 2017a.

\_\_\_\_\_. Ideologia de Gênero x Estudos de Gênero: como um erro conceitual produziu uma falácia social. Entrevista. **Caderno Fórum**. Suplemento do Jornal UNESP, 2017b, p. 2-3.

\_\_\_\_\_. **Os Momentos Históricos da Educação Sexual no Brasil**; A institucionalização do Conhecimento Sexual no Brasil. *In*: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (Org.). *Sexualidade e Educação: aproximações necessárias*. Arte e Ciência Editora. Araraquara. 2004.

SOUZA, Aline Patrícia; MILANI, Debora Raquel da Costa; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A Educação sexual e o papel do educador: reflexões a partir de um contexto social em transformação. **Revista Dialogia**, São Paulo, n. 34, p. 95-106, jan./abr. 2020.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Coleção Argonautas. São Paulo. Ubu Editora. 2017.

**A**

Abuso sexual 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 197

Alfabetização 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 93, 99, 102, 183, 259

Análise textual discursiva 17, 19, 21, 22, 24

Aprendizagem 24, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 70, 71, 72, 75, 76, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 153, 154, 158, 160, 163, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 193, 200, 203, 210, 233, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 252, 260

Aprendizagem significativa 173, 175, 177, 178, 240, 241, 242

Aprendizaje convergente 25, 26, 29

Aprendizaje divergente 25, 26, 29

Autonomia 20, 44, 50, 66, 69, 111, 112, 116, 119, 126, 165, 171, 203, 204, 231, 232, 233, 235, 237, 243, 244, 245

Avaliação 20, 22, 24, 38, 40, 41, 44, 74, 77, 103, 105, 106, 108, 110, 117, 123, 141, 176, 177, 209, 234, 235, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

Avaliação formativa 110, 239, 241, 242, 243

**B**

Bullying 40, 61, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

**C**

Cidadania 48, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 69, 99, 101, 173, 174, 175, 194, 231, 232, 237, 242, 243

Civic culture 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 12, 13, 14

Comunidade Quilombola 179, 180, 181, 182

Construto 136

Contos de fadas 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 167, 170, 171, 172

Currículo 73, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 145, 173, 174, 175, 176, 177, 205

**D**

Deficiência visual 251

Democracia 55, 65, 67, 68

Didática 49, 105, 107, 110, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 153, 162, 218, 250

Discriminação 34, 60, 61, 63, 64, 163, 164, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 201, 202, 205, 242

## E

Educação 17, 18, 19, 20, 24, 32, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 92, 94, 95, 97, 101, 102, 103, 105, 107, 108, 117, 119, 129, 130, 132, 133, 135, 137, 139, 140, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 170, 171, 172, 175, 176, 183, 191, 192, 193, 195, 196, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 211, 217, 218, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 242, 243, 244, 245, 249, 250, 259, 260

Educação infantil 33, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 162, 163, 165, 170, 171, 172

Educação sexual 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 200, 201, 203, 204, 205

Educommunication 1

Ensino-aprendizagem 75, 105, 106, 109, 115, 133, 135, 137, 153, 154, 158, 160, 163, 165, 170, 171, 200, 248

Ensino militar 103, 105

Ensino regular 17, 18, 19, 20, 22, 23

Ensino remoto 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 119, 206, 211, 215, 217

Estilos de pensamento 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91

Estudante 25, 78, 79, 82, 83, 88, 90, 145, 147, 148, 149, 151, 240

## F

Fake news 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102

Finanças 231, 232, 233, 235, 236, 237

Formação dos professores 117, 239, 241, 248

## G

Gamificação 118, 119, 128, 129, 130, 132, 133

Gênero 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 164, 181, 182, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205

Genética 145, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258

## H

História da matemática 206, 208, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 218

**I**

Inovação educacional 239, 241, 242, 245, 248, 249

Instrumentos avaliativos 239, 240, 241, 243, 245, 247, 248, 249

Intervenção pedagógica 32, 207

Inventário de hábitos de estudo 79

Isolamento social 93, 219, 220, 222, 224, 225, 228, 229, 230

**L**

Leitura 21, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 57, 74, 75, 77, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 165, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 184, 190, 191, 201, 202, 239, 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248

Letramento 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 132, 259

Lógica pedagógica 103, 104, 105, 106, 115

Logros acadêmicos 78, 79, 80

Logros de aprendizagem 78, 79, 84

**M**

Matemática 24, 44, 88, 96, 118, 119, 123, 124, 125, 126, 132, 134, 206, 208, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 218, 259, 260

Metodologia 19, 21, 45, 50, 57, 71, 77, 96, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114, 117, 118, 124, 128, 129, 130, 132, 138, 139, 143, 153, 154, 156, 158, 159, 182, 184, 187, 201, 205, 219, 222, 231, 241, 245

Metodologias inventivas 179

Modelo didático 251, 252, 253, 254, 256, 257

**N**

Narrativas de mulheres 179, 181

Neuropsicopedagogia 32, 33, 37

Números inteiros 206, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

**O**

Orçamento 231, 232, 233, 234, 236, 237

**P**

Pedagogia 32, 33, 37, 50, 51, 68, 69, 106, 107, 135, 136, 155, 171, 259, 260

Perspectivas de professores 92, 93

PIBID 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 118, 119, 132, 259

Prática pedagógica 55, 57, 63, 66, 67, 69, 71, 76, 105, 106, 109, 116, 163, 165, 171, 173, 193, 201, 241, 242, 246



Preconceito 64, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 201, 202, 203, 204

Programa ensino integral 17, 18, 19

Programa residência pedagógica 206, 207, 210, 217

## S

Sexualidade 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Síntese proteica 251

Sistema de escrita alfabética 43, 45

Social inclusion 1, 5, 8, 12, 14

## T

Tecnologia 46, 47, 48, 92, 100, 118, 127, 130, 131, 132, 209

Transmedia storytelling 1, 2, 8, 10

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

  
Ano 2022

**Vol 2**

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

  
Ano 2022

**Vol 2**